PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
ATA DA REUNIÃO Nº 350 DO COMITÊ DE PESSOAS
REALIZADA EM 21-3-2025

Aos vinte e um dias de março de dois mil e vinte e cinco, realizou-se, no escritório da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras (Petrobras ou Companhia), situado na Avenida Henrique Valadares nº 28, Torre A, 18º andar, Bairro Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, com início às doze horas e vinte e quatro minutos, a reunião extraordinária nº 350 do Comitê de Pessoas do Conselho de Administração da Petrobras (COPE ou Comitê), convocada com o objetivo de:

- (i) avaliar e emitir parecer, enquanto Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração da Petrobras (COPE/CELEG), acerca do preenchimento dos requisitos e da ausência de vedações, nos termos do artigo 10 da Lei nº 13.303/2016, do artigo 21 do Decreto nº 8.945/2016, do Estatuto Social e da Política de Indicação dos Membros da Alta Administração e do Conselho Fiscal (Política de Indicação), referente às indicações da União Federal (acionista controladora da Companhia) para os cargos de Conselheiros de Administração a serem eleitos, pelo processo do voto múltiplo, na Assembleia Geral de Acionistas prevista para 16-4-2025; e
- (ii) manifestar-se quanto ao enquadramento ou não dos candidatos nos critérios de independência, nos termos (ii.a) do §5º do artigo 18 do Estatuto Social da Petrobrasⁱ; e (ii.b) da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº

ⁱ §5º- O Conselho de Administração deve ser composto, no mínimo, por 40% (quarenta por cento) de membros independentes, incidindo este percentual sobre o número total de Conselheiros de Administração, sendo que os critérios de independência deverão respeitar os termos do art. 22, §1º, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, do art. 36, §1º, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 e do Regulamento do Nível 2, respeitando-se o critério mais rigoroso, em caso de divergência entre as regras.

80/2022, respeitando-se o critério mais rigoroso, em caso de divergência entre as regras, conforme orientação emitida pelo Jurídico da Companhiaⁱⁱ.

Os candidatos abaixo foram objeto das análises constantes nos **itens i e ii** da ordem do dia da presente reunião:

1. Sr. Pietro Adamo Sampaio Mendes, indicado como Presidente do Conselho de Administração pelo acionista controlador;
2. Sra. Magda Maria de Regina Chambriard, indicada como Membro do Conselho de Administração e Presidente da Companhia pelo acionista controlador;
3. Sr. Bruno Moretti, indicado como membro do Conselho de Administração pelo acionista controlador como representante do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos;
4. Sr. Rafael Ramalho Dubeux, indicado como Membro do Conselho de Administração pelo acionista controlador; e
5. Sr. Renato Campos Galuppo, indicado como Membro do Conselho de Administração pelo acionista controlador.

O Comitê registrou que, nos casos em que atua como COPE/CELEG, sua opinião se destina a auxiliar o Conselho de Administração da Petrobras e os acionistas da Companhia, competindo aos acionistas, reunidos em Assembleia Geral, o juízo de conveniência e oportunidade de eleger ou não cada um dos indicados, avaliar todas as habilidades necessárias ao cargo pretendido, bem como o enquadramento ou não dos candidatos nos critérios de independência legalmente estabelecidos.

Participaram dessa reunião, em consonância com o item 2.1.2.1 do Regimento Interno do COPEⁱⁱⁱ, como membros do COPE/CELEG e com direito a voto, o Conselheiro de Administração, Membro do COPE e Presidente deste COPE/CELEG Sr. Jerônimo Antunes, o Membro Externo do COPE Sr. Fábio Veras de Souza e o Membro Externo do Comitê de Auditoria Estatutário da Petrobras (CAE) Sr. Newton de Araujo Lopes. Os Membros Externos Sr. Arthur Cerqueira Valério e Sr. José Affonso de Albuquerque Netto não participaram desta reunião por razões justificadas.

ⁱⁱ Assessoria Jurídica PJUR-00004675-2024, de 27-2-2024.

ⁱⁱⁱ “2.1.2.1. Na hipótese prevista no item 2.1.2, caso não seja alcançado o quórum mínimo de 3 (três) membros no Comitê, o membro externo do Comitê de Auditoria Estatutário deverá ser convocado, desde que este não se enquadre na hipótese descrita no item 2.1.2 e que atenda aos requisitos legais e corporativos.”

Ademais, nos termos do item 2.1.1 do Regimento Interno do COPE^{iv}, foram convidados para a presente reunião os Conselheiros de Administração Sr. Francisco Petros Oliveira Lima Papathanasiadis, eleito em separado pelos acionistas minoritários detentores de ações ordinárias e o Sr. Marcelo Gasparino da Silva, eleito pelos acionistas minoritários detentores de ações ordinárias pelo processo de voto múltiplo, não tendo, entretanto, participado. Vale mencionar que a participação dos Conselheiros de Administração eleitos pelos acionistas minoritários detentores de ações ordinárias ou preferenciais é facultativa, nos termos do referido Regimento Interno.

O Conselheiro de Administração José João Abdalla Filho, eleito pelo processo de voto múltiplo pelos acionistas minoritários detentores de ações ordinárias, não foi convidado para a presente reunião, uma vez que concorrerá ao cargo de Conselheiro de Administração na próxima Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia, prevista para o dia 16-4-2025.

Insta esclarecer que, ainda em atenção ao disposto no item 2.1.2 do Regimento Interno do COPE^v, o Conselheiro de Administração e Presidente do COPE, Sr. Renato Campos Galuppo não participou das discussões e deliberações da presente reunião, uma vez que concorrerá ao cargo de Conselheiro de Administração na próxima Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia, prevista para o dia 16-4-2025.

Considerando a regra do §2º, do artigo 21, do Decreto nº 8.945/2016, esta ata será lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive das dissidências e dos protestos, e observará o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD) e na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso a Informações), estando os documentos que subsidiaram a análise do Comitê arquivados na Companhia.

O COPE/CELEG registrou que busca realizar sua análise com imparcialidade e impessoalidade, em observância ao seu dever de diligência, de forma técnica e respeitosa com todo e qualquer indicado.

---

^{iv} 2.1.1. Caso tenham interesse, os Conselheiros de Administração eleitos pelos acionistas minoritários detentores de ações ordinárias ou preferenciais poderão participar das análises das matérias constantes do item 4.1, subitem “a.2”. Para tanto, estes Conselheiros deverão ser convidados para as respectivas pautas, cabendo-lhes exercer voto de qualidade nas deliberações em que estiverem presentes. (...)

4.1. Cabe ao Comitê:

a. quanto à indicação e sucessão: (...)

a.2. auxiliar os acionistas, opinando sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações daqueles indicados para membros do: (i) Conselho de Administração; e (ii) do Conselho Fiscal da Petrobras;”.

^v “2.1.2. Na atribuição prevista no item 4.1, subitem “a.2”, os membros do comitê que estiverem concorrendo à eleição para o Conselho de Administração da Petrobras não poderão participar das discussões e deliberações.”

Feitos esses esclarecimentos preliminares, passou-se para as análises constantes da ordem do dia desta reunião, nos seguintes termos.

1. Sr. Pietro Adamo Sampaio Mendes, indicado como Presidente do Conselho de Administração pelo acionista controlador

(i) Avaliação do preenchimento dos requisitos e da ausência de vedações nos termos do artigo 10 da Lei nº 13.303/2016, do artigo 21 do Decreto nº 8.945/2016, do Estatuto Social e da Política de Indicação:

Consideradas todas as análises, este COPE/CELEG, a fim de auxiliar o Conselho de Administração e, posteriormente, os acionistas no processo de eleição do indicado como Presidente do Conselho de Administração da Petrobras, avaliando o cumprimento dos requisitos e impedimentos legais, bem como os requisitos adicionais constantes do Estatuto Social e da Política de Indicação, **considerando:** (i) os procedimentos pertinentes; (ii) as informações prestadas pelo indicado no formulário padronizado previsto no artigo 30, §1º do Decreto nº 8.945/2016 e no Anexo A da Política de Indicação e os respectivos documentos comprobatórios apresentados; (iii) as análises de *Background Check* de Integridade (BCI) e de Capacitação e Gestão (BCG); e (iv) a decisão favorável proferida, por unanimidade, pelo Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em 18-12-2024, no Processo Administrativo Sancionador (PAS) nº 19957.007469/2023-01, que apurava eventual descumprimento aos artigos 147, § 1º e § 3º, II, da Lei nº 6.404/1976 c/c artigo 17, § 2º, V, da Lei nº 13.303/2016^{vi}, **por unanimidade, opinou que o indicado Pietro Adamo Sampaio Mendes preenche os requisitos necessários previstos na Lei nº 13.303/2016, no Decreto nº 8.945/2016, no Estatuto Social da Companhia e na Política de Indicação da Petrobras, bem como não incorre em suas vedações para que seja eleito Presidente do Conselho de Administração.**

Outrossim, o Comitê recomendou que o indicado, caso venha a ocupar a posição pretendida, abstenha-se de praticar qualquer ato, no âmbito da Petrobras ou das organizações em que atua, que esteja relacionado aos interesses de ambas as partes envolvidas.

---

^{vi} “Art. 147. Quando a lei exigir certos requisitos para a investidura em cargo de administração da companhia, a assembléia-geral somente poderá eleger quem tenha exibido os necessários comprovantes, dos quais se arquivará cópia autêntica na sede social.

§ 1º São inelegíveis para os cargos de administração da companhia as pessoas impedidas por lei especial, ou condenadas por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos.

§ 3º O conselheiro deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da assembléia-geral, aquele que:
II - tiver interesse conflitante com a sociedade”.

“Art. 17. Os membros do Conselho de Administração e os indicados para os cargos de diretor, inclusive presidente, diretor-geral e diretor-presidente, serão escolhidos entre cidadãos de reputação ilibada e de notório conhecimento, devendo ser atendidos, alternativamente, um dos requisitos das alíneas “a”, “b” e “c” do inciso I e, cumulativamente, os requisitos dos incisos II e III:

§ 2º É vedada a indicação, para o Conselho de Administração e para a diretoria:

V - de pessoa que tenha ou possa ter qualquer forma de conflito de interesse com a pessoa político-administrativa controladora da empresa pública ou da sociedade de economia mista ou com a própria empresa ou sociedade”.

(ii) Enquadramento ou não nos critérios de independência (ii.a) do §5º do artigo 18 do Estatuto Social da Petrobras e (ii.b) da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 80/2022:

Considerando (i) que o indicado se declarou Conselheiro de Administração Independente à luz do §5º do artigo 18 do Estatuto Social da Petrobras, que leva em conta, para fins de independência os critérios contidos nos artigos 22, §1º, da Lei nº 13.303/2016; 36, §1º, do Decreto nº 8.945/2016 e no Regulamento do Nível 2; (ii) que o indicado se declarou Conselheiro de Administração NÃO Independente, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 80/2022; e (iii) que a orientação do Jurídico foi no sentido de respeitar-se o critério mais rigoroso, em caso de divergência entre as declarações, **este COPE/CELEG, com base nas declarações do indicado arquivadas na sede da Companhia, se manifesta quanto ao enquadramento do Sr. Pietro Adamo Sampaio Mendes como Conselheiro de Administração NÃO Independente.**

2. Sra. Magda Maria de Regina Chambriard, indicada como Membro do Conselho de Administração e Presidente da Companhia pelo acionista controlador

(i) Avaliação do preenchimento dos requisitos e da ausência de vedações nos termos do artigo 10 da Lei nº 13.303/2016, do artigo 21 do Decreto nº 8.945/2016, do Estatuto Social e da Política de Indicação:

Consideradas todas as análises, este COPE/CELEG, a fim de auxiliar o Conselho de Administração e, posteriormente, os acionistas no processo de eleição da indicada como membro do Conselho de Administração da Petrobras e, caso eleita Conselheira, Presidente da Companhia, avaliando o cumprimento dos requisitos e impedimentos legais, bem como os requisitos adicionais constantes do Estatuto Social e da Política de Indicação, **considerando:** (i) os procedimentos pertinentes; (ii) as informações prestadas pela indicada no formulário padronizado previsto no artigo 30, §1º do Decreto nº 8.945/2016 e no Anexo A da Política de Indicação e os respectivos documentos comprobatórios apresentados; e (iii) as análises de *Background Check* de Integridade (BCI) e de Capacitação e Gestão (BCG), **por unanimidade, opinou que a indicada Magda Maria de Regina Chambriard preenche os requisitos necessários previstos na Lei nº 13.303/2016, no Decreto nº 8.945/2016, no Estatuto Social da Companhia e na Política de Indicação da Petrobras, bem como não incorre em suas vedações para que seja eleita Conselheira de Administração e, posteriormente, nomeada Presidente da Companhia, pelo Conselho de Administração, tendo em vista, inclusive, o cumprimento do requisito específico adicional constante do §3º do artigo 20 do Estatuto Social da Companhia^{vii}, que exige**

^{vii} “Art. 20- A Diretoria Executiva será composta de 1 (um) Presidente, escolhido pelo Conselho de Administração dentre os seus membros, e até 8 (oito) Diretores Executivos, eleitos pelo Conselho de Administração, dentre pessoas naturais

10 (dez) anos de experiência em liderança, preferencialmente, no negócio ou em área correlata, para o exercício do cargo de Diretor da Companhia.

Outrossim, o Comitê recomendou que a indicada, caso venha a ocupar a posição pretendida, abstenha-se de praticar qualquer ato, no âmbito da Petrobras ou das organizações em que atua, que esteja relacionado aos interesses de ambas as partes envolvidas.

O COPE/CELEG recomendou, ainda, que o Jurídico da Petrobras realize o acompanhamento do processo listado no relatório de BCI, na qual a indicada figura como parte, devendo reportar semestralmente à Conformidade o andamento destes.

(ii) Enquadramento ou não nos critérios de independência (ii.a) do §5º do artigo 18 do Estatuto Social da Petrobras e (ii.b) da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 80/2022:

Considerando (i) que a indicada se declarou Conselheira de Administração NÃO Independente à luz do §5º do artigo 18 do Estatuto Social da Petrobras, que leva em conta, para fins de independência os critérios contidos nos artigos 22, §1º, da Lei nº 13.303/2016; 36, §1º, do Decreto nº 8.945/2016 e no Regulamento do Nível 2; e (ii) que a indicada se declarou Conselheira de Administração NÃO Independente, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 80/2022, **este COPE/CELEG, com base nas declarações da indicada arquivadas na sede da Companhia, se manifesta quanto ao enquadramento da Sra. Magda Maria de Regina Chambriard como Conselheira de Administração NÃO Independente.**

3. Sr. Bruno Moretti, indicado como membro do Conselho de Administração pelo acionista controlador como representante do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

(i) Avaliação do preenchimento dos requisitos e da ausência de vedações nos termos do artigo 10 da Lei nº 13.303/2016, do artigo 21 do Decreto nº 8.945/2016, do Estatuto Social e da Política de Indicação:

Consideradas todas as análises, este COPE/CELEG, a fim de auxiliar o Conselho de Administração e, posteriormente, os acionistas no processo de eleição do indicado como membro do Conselho de Administração da Petrobras, avaliando o cumprimento dos requisitos e impedimentos legais, bem como os requisitos adicionais constantes do Estatuto Social e da Política de Indicação, **considerando:** (i) os procedimentos pertinentes; (ii) as

---

residentes no País, com prazo de gestão unificado que não poderá ser superior a 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reeleições consecutivas, podendo ser destituídos a qualquer tempo.

§3º- Os membros da Diretoria Executiva, além dos requisitos exigíveis dos membros do Conselho de Administração, conforme art. 21 abaixo, deverão atender ao requisito de 10 (dez) anos de experiência em liderança, preferencialmente, no negócio ou em área correlata, conforme especificado na Política de Indicação da Companhia”.

informações prestadas pelo indicado no formulário padronizado previsto no artigo 30, §1º do Decreto nº 8.945/2016 e no Anexo A da Política de Indicação e os respectivos documentos comprobatórios apresentados; e (iii) as análises de *Background Check* de Integridade (BCI) e de Capacitação e Gestão (BCG), **por unanimidade, opinou que o indicado Bruno Moretti preenche os requisitos necessários previstos na Lei nº 13.303/2016, no Decreto nº 8.945/2016, no Estatuto Social da Companhia e na Política de Indicação da Petrobras, bem como não incorre em suas vedações para que seja eleito Conselheiro de Administração como representante do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.**

Outrossim, o Comitê recomendou que o indicado, caso venha a ocupar a posição pretendida, abstenha-se de praticar qualquer ato, no âmbito da Petrobras ou das organizações em que atua, que esteja relacionado aos interesses de ambas as partes envolvidas.

(ii) Enquadramento ou não nos critérios de independência (ii.a) do §5º do artigo 18 do Estatuto Social da Petrobras e (ii.b) da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 80/2022:

Considerando (i) que o indicado se declarou Conselheiro de Administração Independente à luz do §5º do artigo 18 do Estatuto Social da Petrobras, que leva em conta, para fins de independência os critérios contidos nos artigos 22, §1º, da Lei nº 13.303/2016; 36, §1º, do Decreto nº 8.945/2016 e no Regulamento do Nível 2; (ii) que o indicado se declarou Conselheiro de Administração NÃO Independente, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 80/2022; e (iii) que a orientação do Jurídico foi no sentido de respeitar-se o critério mais rigoroso, em caso de divergência entre as declarações, **este COPE/CELEG, com base nas declarações do indicado arquivadas na sede da Companhia, se manifesta quanto ao enquadramento do Sr. Bruno Moretti como Conselheiro de Administração NÃO Independente.**

4. Sr. Rafael Ramalho Dubeux, indicado como Membro do Conselho de Administração pelo acionista controlador

(i) Avaliação do preenchimento dos requisitos e da ausência de vedações nos termos do artigo 10 da Lei nº 13.303/2016, do artigo 21 do Decreto nº 8.945/2016, do Estatuto Social e da Política de Indicação:

Consideradas todas as análises, este COPE/CELEG, a fim de auxiliar o Conselho de Administração e, posteriormente, os acionistas no processo de eleição do indicado como membro do Conselho de Administração da Petrobras, avaliando o cumprimento dos requisitos e impedimentos legais, bem como os requisitos adicionais constantes do Estatuto Social e da Política de Indicação, **considerando:** (i) os procedimentos pertinentes; (ii) as informações prestadas pelo indicado no formulário padronizado previsto no artigo 30, §1º do

Decreto nº 8.945/2016 e no Anexo A da Política de Indicação e os respectivos documentos comprobatórios apresentados; e (iii) as análises de *Background Check* de Integridade (BCI) e de Capacitação e Gestão (BCG), **por unanimidade, opinou que o indicado Rafael Ramalho Dubeux preenche os requisitos necessários previstos na Lei nº 13.303/2016, no Decreto nº 8.945/2016, no Estatuto Social da Companhia e na Política de Indicação da Petrobras, bem como não incorre em suas vedações para que seja eleito Conselheiro de Administração.**

Outrossim, o Comitê recomendou que o indicado, caso venha a ocupar a posição pretendida, abstenha-se de praticar qualquer ato, no âmbito da Petrobras ou das organizações em que atua, que esteja relacionado aos interesses de ambas as partes envolvidas.

(ii) Enquadramento ou não nos critérios de independência (ii.a) do §5º do artigo 18 do Estatuto Social da Petrobras e (ii.b) da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 80/2022:

Considerando (i) que o indicado se declarou Conselheiro de Administração Independente à luz do §5º do artigo 18 do Estatuto Social da Petrobras, que leva em conta, para fins de independência os critérios contidos nos artigos 22, §1º, da Lei nº 13.303/2016; 36, §1º, do Decreto nº 8.945/2016 e no Regulamento do Nível 2; e (ii) que o indicado se declarou Conselheiro de Administração Independente, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 80/2022, **este COPE/CELEG, com base nas declarações do indicado arquivadas na sede da Companhia, se manifesta quanto ao enquadramento do Sr. Rafael Ramalho Dubeux como Conselheiro de Administração Independente. Não obstante, o Comitê recomendou que o indicado apresente subsídios para robustecer a sua autodeclaração de independência.**

5. Sr. Renato Campos Galuppo, indicado como Membro do Conselho de Administração pelo acionista controlador

(i) Avaliação do preenchimento dos requisitos e da ausência de vedações nos termos do artigo 10 da Lei nº 13.303/2016, do artigo 21 do Decreto nº 8.945/2016, do Estatuto Social e da Política de Indicação:

Consideradas todas as análises, este COPE/CELEG, a fim de auxiliar o Conselho de Administração e, posteriormente, os acionistas no processo de eleição do indicado como membro do Conselho de Administração da Petrobras, avaliando o cumprimento dos requisitos e impedimentos legais, bem como os requisitos adicionais constantes do Estatuto Social e da Política de Indicação, **considerando:** (i) os procedimentos pertinentes; (ii) as informações prestadas pelo indicado no formulário padronizado previsto no artigo 30, §1º do Decreto nº 8.945/2016 e no Anexo A da Política de Indicação e os respectivos documentos

comprobatórios apresentados; e (iii) as análises de *Background Check* de Integridade (BCI) e de Capacitação e Gestão (BCG), **por unanimidade, opinou que o indicado Renato Campos Galuppo preenche os requisitos necessários previstos na Lei nº 13.303/2016, no Decreto nº 8.945/2016, no Estatuto Social da Companhia e na Política de Indicação da Petrobras, bem como não incorre em suas vedações para que seja eleito Conselheiro de Administração.**

Outrossim, o Comitê recomendou que o indicado, caso venha a ocupar a posição pretendida, (i) tome as providências necessárias para que as empresas em que possui participação societária não prestem serviços à Petrobras, além de fornecedores, clientes e concorrentes da Companhia; (ii) abstenha-se de praticar qualquer ato, no âmbito da Petrobras ou das organizações em que atua, que esteja relacionado aos interesses de ambas as partes envolvidas; e (iii) abstenha-se de atuar, enquanto advogado ou sócio de escritório de advocacia, no patrocínio de causas em que a Petrobras, fornecedores, clientes e concorrentes da Companhia figurem como parte.

(ii) Enquadramento ou não nos critérios de independência (ii.a) do §5º do artigo 18 do Estatuto Social da Petrobras e (ii.b) da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 80/2022:

Considerando (i) que o indicado se declarou Conselheiro de Administração Independente à luz do §5º do artigo 18 do Estatuto Social da Petrobras, que leva em conta, para fins de independência os critérios contidos nos artigos 22, §1º, da Lei nº 13.303/2016; 36, §1º, do Decreto nº 8.945/2016 e no Regulamento do Nível 2; e (ii) que o indicado se declarou Conselheiro de Administração Independente, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 80/2022, **este COPE/CELEG, com base nas declarações do indicado arquivadas na sede da Companhia, se manifesta quanto ao enquadramento do Sr. Renato Campos Galuppo como Conselheiro de Administração Independente.**

Por fim, este COPE/CELEG recomendou que os indicados, caso venham a ocupar as posições pretendidas, resguardem-se sempre, e a qualquer tempo, das situações de potencial conflito de interesses, abstendo-se formalmente de praticar qualquer ato que esteja relacionado aos interesses da Petrobras no âmbito das posições em que ocupam.

Encerrados os debates, este COPE/CELEG solicitou que a Diretoria de Conformidade e Governança, como figura central do sistema de integridade da Petrobras, permanentemente diligencie pela adequação e observância de todos os requisitos aplicáveis para os administradores da Companhia, atentando, em especial, a fatos subsequentes à presente reunião.

Às doze horas e cinquenta minutos, o Presidente deste COPE/CELEG deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelo Presidente deste COPE/CELEG, pelos Membros deste COPE/CELEG e pela responsável por secretariar a reunião.

Jerônimo Antunes
Conselheiro de Administração e
Presidente em exercício deste
COPE/CELEG

Fábio Veras de Souza
Membro Externo do COPE

Newton de Araujo Lopes
Membro Externo do CAE e Membro deste
COPE/CELEG

Fernanda Hissa Pereira Tieppo
Coordenadora da SEGEPE/SCA
Secretária da Reunião